

# Especialistas avaliam desafios para combater desigualdade social no Brasil

 [correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/08/19/interna\\_politica,700818/desafios-para-combater-desigualdade-social-no-brasil.shtml](http://correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/08/19/interna_politica,700818/desafios-para-combater-desigualdade-social-no-brasil.shtml)

August 19, 2018



[www.correio braziliense.com.br](http://www.correio braziliense.com.br)

Kátia (E) e Ilaney sustentam seis pessoas com R\$ 200 mensais: "A gente gasta o dinheiro com comida. Depois, se vira com o resto", diz a segunda

(foto: Bárbara Cabral/Esp. CB/D.A Press)

Mesmo durante os anos de crescimento econômico mais expressivo, os governantes brasileiros nem sempre se propuseram a tomar decisões consideradas essenciais para pôr fim ao gigante degrau que existe entre os mais ricos e os mais pobres. A dúvida, agora, é se o presidente eleito em 2018 adotará políticas que podem ser impopulares, e que só terão efeitos de longo prazo, em detrimento de soluções imediatas ou demagógicas. Resolver a situação dos milhões de brasileiros que não têm condições dignas é uma das demandas mais urgentes do eleitorado, mas não costuma ser prioridade dos governantes.

Continua depois da publicidade

## SAIBA MAIS

08:05 - 19/08/2018

### Desigualdade entre pobres e ricos será desafio de próximo presidente

Oferecer sugestões imediatistas não resolve o problema da desigualdade de renda, concordam os especialistas consultados pelo **Correio**. Para o economista **Marcelo Neri, diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social**, o maior desafio do Brasil é conciliar o lado econômico com o social — fato que é facilmente observado nos discursos políticos, que costumam se concentrar em um desses lados, como se fossem incompatíveis. Nesse sentido, o erro do país, na opinião de **Neri**, foi fazer uma estratégia social descolada da econômica. “A produtividade não aumentou, e a população vive mais, mas não teve reforma da Previdência. Tem que trabalhar os dois lados da moeda”, explica.

Além do investimento nos alicerces da sociedade, como saúde pública e educação, o governo também terá que se comprometer com as reformas tributárias e da Previdência, afirmam os especialistas. Para o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Luis Henrique Paiva, ex-secretário do Bolsa Família, os discursos de candidatos que dizem querer combater a desigualdade social, mas não se comprometem

em fazer reformas básicas, tendem a ser demagógicos. “Não dá para ficar prometendo que o país vai crescer e resolver os problemas de renda, se não adotar um modelo que indique que o Estado tem condição de seguir equilibrado”, explica.

Paiva lembra que qualquer medida que venha a ser adotada dependerá da possibilidade orçamentária do governo, atualmente engessada pelos gastos obrigatórios. “Não vejo condição do próximo presidente tocar qualquer agenda se não der uma amostra de que a situação fiscal estará menos pressionada”, diz o especialista. Um sinal disso seria a aprovação da reforma da Previdência, que, embora não dê grandes resultados a curto prazo, “abre espaço para pensar no futuro”. Hoje, os gastos com benefícios previdenciários ocupam 57% do orçamento primário do país. “Se tem uma despesa que é muito alta e não contribui para distribuir renda é a despesa previdenciária”, diz Paiva.

Já a reforma tributária é necessária para que os mais pobres sejam proporcionalmente menos taxados que os mais ricos, ao contrário do que acontece hoje. O Brasil tem um sistema regressivo: a alíquota diminui quanto maiores os valores tributados. “Para resolver o problema da concentração de renda, isso precisa mudar. É uma clara questão da equidade, de onerar menos as famílias mais pobres. O consumo de bens essenciais pesa muito mais no orçamento doméstico desse grupo”, lembra o economista Cosmo Donato, da LCA Consultores.

## Continuidade

---

Tanto a reforma tributária quanto a da Previdência são necessárias para normalizar a economia, defende o professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB) José Matias-Pereira. Mas lembra que “é coisa para dois ou três governos resolverem, porque precisa ter continuidade”. Como em todos os outros setores importantes, como educação e saúde, um dos grandes obstáculos na adoção das medidas necessárias pelos governantes é a necessidade que muitos veem de deixar um “legado”.

Adriano Pitoli, da Tendências, defende que é preciso manter a reforma trabalhista. Alguns candidatos afirmam que revogarão a medida, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional. A pesquisadora do Centro de estudos da Metrópole e professora da Universidade de São Paulo (USP) Renata Bichir, considera a reforma um dos vários fatores que aumentam a desigualdade no país. “É um desincentivo para a formalização do trabalho”, diz. “A terceirização e as novas regras para trabalho jogam a massa salarial para baixo. Se a massa salarial não sobe, isso contribui para a desigualdade”, explica. Para ela, a valorização real do salário-mínimo e o aumento da formalização do trabalho são pontos que precisam ser debatidos para que o país avance.

## O problema gerado pelo teto de gastos

---

A aprovação da reforma da Previdência, além de ter consequências diretas na diminuição da concentração de renda, é um fator visto como importante para flexibilizar o teto de

gastos. Enquanto alguns especialistas defendem o fim dessa política, que limita as despesas públicas, outros acreditam que ela ajudará o país a manter a trajetória que levará à diminuição da desigualdade social.

Continua depois da publicidade

O pesquisador João Hallak, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está no primeiro grupo. Ele lembra que está demonstrado historicamente que o gasto público tem papel preponderante para reduzir a desigualdade social, seja por meio do provimento de serviços de saúde e educação para toda a população, especialmente a mais necessitada, seja por meio de transferências via programas e benefícios sociais. “Mas também pelo investimento público como indutor do crescimento e da geração de emprego. Assim, a Emenda Constitucional 95, que restringe o gasto público, recentemente aprovada, será um dificultador neste quesito que o próximo governo necessariamente deverá enfrentar”, diz.

A pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole e professora da Universidade de São Paulo (USP) Renata Bichir entende que o problema fiscal do Brasil é um empecilho que precisa ser resolvido. Porém, congelar por 20 anos investimentos em áreas como saúde e educação inviabilizam a melhoria de vários problemas sociais. “Isso limita as escolhas de políticas públicas.”

Acabar com o teto de gastos, no entanto, não é a melhor alternativa na visão do economista Cosmo Donato, da LCA Consultores. O ideal, para ele, é a flexibilização até que o governo consiga sanear as contas. “É muito difícil de ser cumprida, ainda mais com recuperação tão lenta da economia, que não tem gerado receita como deveria, e com a questão previdenciária se agravando”, observa.

**\* Estagiários sob supervisão de Leonardo Meirelles**